

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA- UNIMEP

Faculdade de Direito

ARTUR SOARES DE CASTRO

**O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E AS
RESTRICÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS**

PIRACICABA/SP

2013

ARTUR SOARES DE CASTRO

**O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E AS
RESTRIÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Direito, da Universidade Metodista de Piracicaba- UNIMEP, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Richard P. Pae Kim

PIRACICABA/SP

2013

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIMEP
Bibliotecária: Luciene Cristina Correa Ferreira CRB-8/8235

C355p Castro, Artur Soares de.
O princípio da supremacia do interesse público e as restrições aos direitos fundamentais individuais. / Artur Soares de Castro. – Piracicaba, SP: [s.n.], 2013.

171 f.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito / Programa de Pós-Graduação em Direito - Universidade Metodista de Piracicaba, 2013.

Orientador: Dr. Richard Paulo Pae Kim.

Inclui Bibliografia

1. Direito Constitucional. 2. Direito Administrativo. 3. Direitos Fundamentais. 4. Restrições aos Direitos Fundamentais. I Kim, Richard Paulo Pae. II Universidade Metodista de Piracicaba. III Título.

CDU 342.4

ARTUR SOARES DE CASTRO

**O PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO E AS
RESTRICÇÕES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS INDIVIDUAIS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba, na área de concentração “Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos”.

Banca examinadora:

Presidente e orientador: Professor Doutor Richard P. Pae Kim

Membro: Professor Doutor Rui Decio Martins

Membro: Professora Doutora Eliana Franco Neme

Piracicaba/SP, 27 de junho de 2013.

Dedicatória

À minha esposa Ana Claudia, pelo amor e compreensão.

Às minhas filhas Giovanna e Isabelle, fonte de inspiração e alegria diuturnas.

Aos meus pais Arnaldo e Maria Ivone, a quem devo tudo, pelos valores que me ensinaram e estímulo infindável em cada passo.

Aos meus sogros Luis Daniel e Maria Helena, pelo incentivo e apoio incondicional em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Ao ingressar no curso de mestrado, jamais imaginei o grau de satisfação e o crescimento pessoal que isso proporcionaria. Apesar da invariável renúncia a tantas coisas importantes, como a maior convivência com pessoas queridas, as lições apreendidas e a busca interminável e prazerosa pelo conhecimento compensaram cada esforço realizado. E nesse processo muitas pessoas participaram de maneira direta ou indireta.

Agradeço ao Prof. Dr. Richard Pae Kim, pelas aulas ministradas que tanto contribuíram para minha formação durante o curso e pela orientação precisa e segura que foram imprescindíveis para a elaboração do presente trabalho. As oportunidades e experiências acadêmicas proporcionadas, assim como os ensinamentos sempre claros e exatos serão sempre lembrados por tudo o que proporcionaram.

Agradeço aos professores doutores Paulo Magalhães Coelho e Rui Décio Martins, que integraram a banca de qualificação e contribuíram com importantes questionamentos, críticas e sugestões para o fechamento do trabalho.

A todos os meus colegas de mestrado, os quais deixo de identificar para evitar possível injustiça em deixar alguém de fora, os meus sinceros agradecimentos pela convivência e aprendizado, são incontáveis os momentos e lições que me acompanharão e que terão vocês como fraterna lembrança.

Não posso deixar de prestar minhas homenagens ao amigo inestimável Dr. Fausto Kozo Matsnumoto Kosaka, mestre em Direito pela UNIMEP e Procurador da República no município de Campinas, incentivador direto pelo meu ingresso no curso de mestrado e coincidentemente presente em tantos momentos importantes da minha vida, àquele que ajudou a plantar uma semente que hoje se colhe.

À Sueli Catarina Verdicchio Quilles, secretária da coordenação do curso de mestrado, fica o sincero e terno agradecimento pelo sempre atencioso atendimento e prontidão em todas as etapas do curso. Agradeço também a toda a equipe da Secretaria de Atendimento Integrado de Pós-Graduação, em nome de Dulce Helena dos Santos, sempre dispostos a auxiliar no que preciso, assim como a todas as bibliotecárias desta Universidade pela contribuição e assistência.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar se o princípio da supremacia do interesse público tem aplicabilidade no Estado Constitucional de Direito. Para tanto, inicialmente será analisado o conceito de interesse público e as principais questões a ele relacionadas, como tarefa necessária à compreensão do princípio que se pretende estudar. Em seguida, tratar-se-á do substrato teórico do princípio da supremacia do interesse público, com especial enfoque nos posicionamentos divergentes sobre sua aplicabilidade no ordenamento jurídico que privilegia a proteção dos direitos fundamentais. Para propiciar um estudo mais detido do princípio, será abordado seu *status* constitucional e a aplicação de seu conteúdo pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Ao contínuo, serão abordados os pontos principais que envolvem o estudo das restrições aos direitos fundamentais, para, finalmente, verificar se o princípio da supremacia do interesse público pode ser invocado para justificar uma medida restritiva a determinado direito fundamental individual e as circunstâncias que permitiriam tal intervenção, tudo com a finalidade de averiguar o papel do princípio estudado no sistema jurídico de proteção aos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Direito Administrativo. Direitos Fundamentais. Princípio da supremacia do interesse público. Restrições aos direitos fundamentais.

ABSTRACT

This dissertation aims to examine whether the principle of the supremacy of the public interest has applicability in State Constitutional Law. Therefore, initially will analyze the concept of public interest and the main issues related to it, as necessary task to understand the principle to be studied. Then treat will be the theoretical basis of the principle of the supremacy of the public interest, with particular focus on divergent positions on their applicability in the legal system that favors the protection of fundamental rights. To provide a more detained in principle be approached its constitutional status and the application of its contents by the jurisprudence of the Supreme Court and Superior Court. By continuing, we discuss the main points that involve the study of restrictions on fundamental rights, to finally determine whether the principle of the supremacy of the public interest may be invoked to justify a restriction on the fundamental right particular individual and the circumstances that would allow such intervention, all with the purpose of investigating the role of the principle studied in the legal system of protection of fundamental rights.

Keywords: Constitutional Law. Administrative Law. Fundamental Rights. Principle of the supremacy of the public interest. Restrictions on fundamental rights.